

Inquérito apura danos

Diante do intrincado caso judicial que envolve o vazamento de combustível no posto Auto Shopping, localizado na QL 6 do Lago Sul, o Ministério Público Federal resolveu agir. No dia 22 de abril, a procuradora da República em Brasília Ana Paula Mantovani Siqueira abriu inquérito civil público para “apurar os danos ambientais provocados por gasolina retida no solo referentes ao trabalho de remediação no Posto Auto Shopping QL-6 Comércio de Derivados de Petróleo.”

Entre os argumentos descritos na Portaria nº 73/2008, que determinou a abertura da investigação civil, a representante do MPF considerou o fato de que “o referido trabalho de descontaminação ambiental encontra óbice ao seu prosseguimento em razão da resistência dos proprietários das áreas situadas sobre o pluma da contaminação permitir o acesso a essas áreas”. A procuradoria vai apurar também eventuais responsabilidades cometidas por autoridades públicas locais, como a falta de fiscalização e acompanhamento do trabalho de remediação ambiental.

O Instituto Brasília Ambiental (Ifram) garantiu ontem ao **Correio** que tem acompanhado o processo de recuperação da área e recebeu, em abril, relatório com mais de 1,5 mil páginas dos últimos testes realizados na área. Embora o documento ainda passe por análise, o superintendente de licenciamento e fiscalização do Ifram, Eduardo Freire, avisou que os resultados preliminares não demonstram necessidade de “um estado de alerta da população”. “A água já pode ser usada para regar as plantas, mas ainda não é própria para o consumo”, destacou Freire. O relatório foi desenvolvido pela Petroclean, empresa responsável pelo monitoramento do local e ligada à Petrobras Distribuidora. O superintendente garantiu que os resultados apresentados são confiáveis. (MR e PR)